RELATÓRIO

3º Dia Internacional da Democracia

Dia: *15 de setembro de 2010*
Local: *Windsor Flórida Hotel*
Rua Ferreira Viana, 81 – Catete – Rio de Janeiro
Responsável: *Aline Bruno Soares*

O evento foi iniciado com uma saudação e apresentação do *Caderno Adenauer 3 / 2010* (Educação política: reflexões e práticas democráticas) pelo Coordenador Editorial da Fundação Konrad Adenauer, *Reinaldo Themoteo*, que aproveitou para agradecer a presença e participação dos autores presentes.

Em seguida, o Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, *Peter Fischer-Bollin*, e o Representante da Embaixada da Alemanha no Brasil, *Bernd Weidlich*, deram as boas-vindas aos participantes, apresentando seus pontos de vista sobre democracia no Brasil e na Alemanha.

A primeira dinâmica do dia foi realizada com a mediação de *Jasper Eitze*, Assessor Político da KAS, cujo tema central era "*Quais os desafios da cultura democrática no Brasil?*", realizada em formato 'aquário'. Os convidados a analisar o tema foram o Antropólogo e Consultor *Roberto DaMatta*, a Coordenadora dos Centros de Integração da Cidadania de São Paulo, senhora *Maria Isabel Lopes da Cunha Soares*, e o Coordenador da Área de Educação Viva Rio, *Francisco Potiguara Cavalcante Jr*.

Maria Isabel Lopes da Cunha Soares falou de sua experiência com a população de São Paulo e apresentou alternativas de como aumentar a participação na política. *Roberto DaMatta* analisou o clientelismo presente no Brasil e o problema do apadrinhamento político nas eleições do Brasil, pois isso gera falta de democracia, já que o Presidente Lula atua como se fosse um garantidor daquele político, ao invés do político apresentar o seu próprio mérito e seus projetos. *Francisco Potiguara Cavalcante Jr*. analisou dados relacionados à violência e desigualdade no país, que estariam cada vez piores por causa da falta de investimento em educação, saúde e renda. E o grande risco para a democracia é que os brasileiros estão naturalizando o problema. Após esta análise ficou clara a percepção de como a desigualdade está naturalizada na cultura política brasileira, pois em seguida por participantes a idéia de que uma pessoa de classe média ou alta, caso venha a ser presa precisa ficar em cela especial para não sofrer ao se 'misturar' com os presos.

A dinâmica da manhã foi marcada pelas intervenções do público, que apresentaram dúvidas ou fizeram comentários importantes sobre o tema do

fortalecimento da democracia no Brasil. Todos mencionaram que educação é a chave para a consolidação de uma cidadania e participação ética e democrática da população.

Após o almoço oferecido pela KAS, a dinâmica escolhida foi 'world café', mediada pela Coordenadora de Projetos da KAS, *Aline Bruno Soares*, que contou com a colaboração de *Reinaldo Themoteo, Jasper Eitze, Kathrin Zeller, Bernardo Fialho, Cristina Bruno Barros* e *Holger Zierau*. Cada um ficou responsável por uma mesa temática, cujos participantes escolhiam livremente de acordo com o interesse pessoal.

A mesa 'Gênero' realizou uma breve análise conceitual sobre gênero na sociedade brasileira e os papéis socialmente esperados para homens e mulheres. Ficou clara a necessidade de se oferecer uma educação sem preconceito de gênero para crianças e jovens, já que atualmente, antes de nascer, já se é confrontado com questões como a hegemonia do 'rosa' e do 'azul' para crianças. Também foram apresentadas alternativas de educação dada pelas famílias no âmbito doméstico e educação formal oferecida pelas escolas para minimizar a exclusão das mulheres de processos de participação social e política. Entre os motivos citados para a pouca participação das mulheres na política estão: a falta de investimento dos partidos políticos na promoção de cursos de formação política para mulheres, o ambiente machista e agressivo da política, a falta de financiamento para as campanhas eleitorais femininas, as críticas referentes à Lei de cotas, a falta de incentivos para as mulheres que querem participar da política e o próprio desinteresse das mulheres em relação à política. Atualmente as mulheres têm mais alto-estima e participação no mercado de trabalho, por isso a situação está melhor do que há 50 anos. No entanto, ainda há limites para a inserção das mulheres nos ambientes profissional e político, devido ao preconceito existente na sociedade.

O tema 'Educação Formal' chamou a atenção do público e foi discutido de forma controversa e com muita paixão. O fato que existe uma falta de investimentos governamentais, assim como variadas visões sobre reformas educacionais, representou um ponto de partida comum entre os participantes. Para os presentes, essa falta de importância do papel que o sistema escolar faz na agenda política significa deixar de fortalecer a democracia nas mentes da maioria dos jovens que serão os responsáveis pela prática política de amanhã. Para alcançar uma democracia participativa, em que cada cidadão tenha oportunidades e deveres, seria inevitável criar uma matéria nas escolas - 'ciência política fundamental' - durante a educação formal, de forma a atingir o maior número de estudantes. Além da falta de uma matéria política escolar obrigatória, os maiores problemas são as enormes diferenças de qualidade de ensino entre as escolas públicas e as escolas particulares. A situação atual no Brasil, em que a situação econômica dos pais é o fator decisório sobre a qualidade da escola e o tipo de aprendizagem que os filhos irão receber, representa uma violação de valores básicos da democracia, a partir do momento em que fere a igualdade de oportunidades e a justiça social. Além desses desafios apresentados no sistema escolar em geral e nos programas de ensino, foi questionada também a forma como as aulas são dadas nas escolas e faculdades brasileiras, considerada não-democrática e fortemente criticada. Por causa da autocracia dos professores, as perguntas feitas pelos estudantes

durante as aulas são vistas como fraquezas e as opiniões contrárias são entendidas como falta de respeito frente ao trabalho do professor. Assim, os estudantes aprendem a reproduzir, mas não a pensar e a refletir. Sendo que estas são habilidades essenciais para cada indivíduo se tornar politicamente emancipado e com capacidade de participar ativamente da prática política. A proposta para minimizar estes problemas seria a reforma na educação formal, que inclua o aumento dos salários dos professores, aulas de educação política básica para os estudantes e a população e melhor qualidade do ensino oferecido.

A mesa 'Jovens e periferia' primeiramente cercou a definição do termo periferia. Os participantes constaram que exista uma interpretação geográfica, bem como uma social. Periferia implicava e existência de um centro, de que a periferia se encontra distante, o poderia ser mais identificado no exemplo da cidade de São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, entendeu-se que o conceito de periferia não parece ser tão preciso, visto que as características geográficas da cidade trazem grupos marginalizados e grupos dominantes para o mesmo ambiente – como no exemplo dos bairros de classe média alta com favelas e morros. Assim, o conceito de periferia seria caracterizado mais por critérios sociais e econômicos, devido à precariedade de algumas áreas, a falta de infra-estrutura e a presença ou ausência do poder público e serviços públicos. Cogitou-se chamar periferia tudo o que é semelhante à "senzala" de Gilberto Freyre, definida no livro Casa Grande e Senzala. Em seguida foram analisados os obstáculos que os jovens da periferia enfrentam para participar ativamente da democracia. Seria a situação econômica o maior obstáculo à prática democrática dos jovens da periferia? Afinal, a preocupação estaria voltada para questões básicas do dia-a-dia, e a participação democrática seria deixada em segundo plano. Outro obstáculo mencionado e relacionado à falta de democracia foi a violência. A falta de respeito à lei em parte da periferia poderia também criar um clima desfavorável à prática democrática. As leis, segundo vários mencionaram, deveriam ser ensinadas e seguidas como exemplo pelas famílias, a escola e a convivência nas comunidades. Assim, a educação passa a ser fator crucial para a promoção da democracia dos jovens da periferia. Quanto mais estudo o indivíduo tempo, ligado a uma visão ampla e de longo prazo, maior sua capacidade de participar em processos democráticos, seja pela capacidade de ler, se expressar, entender conteúdos complexos, ou ter acesso a formação política. Como soluções para melhorar a situação de baixa participação democrática das periferias, o ideal seria possibilitar igualdade de oportunidades, com um ambiente favorável ao emprego e à auto-sustentação, que possibilite a criação e educação dos filhos, de forma que cada um tenha chances na sociedade.

Na mesa temática 'Internet' houve um consenso de que esta pode contribuir para a formação política de maneira complementar, porém não substitui outros instrumentos. Ao invés da imposição, o caráter democrático da internet se baseia na liberdade de escolha das informações, embora o excesso de conteúdo traga igualmente riscos de alienação, tornando necessário um maior senso crítico e seletor do internauta. Daí a importância da educação e da redefinição do papel de cidadão do usuário para um uso mais responsável da internet, potencializando sua contribuição para a formação política. Por outro lado, a internet só irá contribuir para a educação política de forma eficiente se

houver a sua real difusão e democratização no Brasil. Os preços dos serviços cobrados são caros e há limitações de ordem técnica e operacional, com carência de mão-de-obra para a expansão da rede. Foram trazidos à discussão experiências práticas da internet e a sua interface com o mundo político, seja via redes sociais e blogs, seja através de outros canais de participação propositiva para eleitores. Por exemplo, o uso do Twitter por parte de políticos foi visto como positivo para atrair o interesse de usuário para a política. Neste contexto, houve um consenso de que a internet pode diminuir a distância entre representantes e representados, mas os políticos precisam utilizá-la melhor durante seus mandatos. A internet pode facilitar o acesso à informação, permite explorar a transparência e a prestação de contas pelo cidadão, de modo a fortalecer a ordem democrática. Como aspecto negativo, as redes sociais abrem margem para más práticas (manipulação de informação, interferências antiéticas, etc.) que carecem de meios de controle e punição, o que evidencia algumas deficiências da internet enquanto instrumento objetivo de formação política. Numa reflexão sobre estratégias de educação política via internet, foi sugerido que haja uma maior divulgação na rede de bons exemplos de ações e práticas de cidadania, envolvendo as esferas pública, privada e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, foi vislumbrado um futuro potencial da internet para complementar o modelo vigente da democracia representativa, abrindo canais de participação plebiscitária e deliberativa em rede, o que traria consigo novos desafios e riscos.

Também foi discutido o tema 'Voto obrigatório'. A primeira rodada foi marcada pelo debate entre aqueles que preferem o voto obrigatório, como é atualmente no Brasil, e os que defendem o voto facultativo, como acontece em outras democracias. A discussão focou principalmente o aspecto dos deveres e direitos dos cidadãos. O argumento principal em prol do voto obrigatório foi que o Brasil ainda era uma democracia jovem que precisa do voto obrigatório para evitar que as classes sociais menos favorecidas deixem de votar pelo simples fato de que não considerem importante a própria participação. O argumento mais forte contra a obrigatoriedade do voto se referiu à contradição entre a obrigação e as liberdades individuais em um Estado democrático. Existem dúvidas em relação à qualidade dos votos no sistema obrigatório porque muitas pessoas participam das eleições sem se informarem sobre as propostas políticas dos candidatos. Apesar disso, a maioria dos presentes concordou que a facultatividade do voto poderia levar a uma menor participação da população brasileira nas urnas, o que também não seria desejável. Além disso, a obrigatoriedade do voto não tira do eleitor a possibilidade de votar em branco ao anular o voto, caso não queira votar em nenhum candidato. Portanto, o aspecto mais importante do debate não seria a obrigatoriedade ou facultatividade do voto, senão as estratégias de como elevar a qualidade do voto em geral. Para isso, o despertar do interesse político e a promoção do voto como elemento fundamental em uma democracia teriam de virar tarefas centrais em todos os espaços sociais, sobretudo na educação formal básica. Adicionalmente, seria relevante o desenho de projetos voltados para a promoção do voto entre jovens adolescentes a partir dos 16 anos, que podem votar, mas preferem não ir às urnas no Brasil. Projetos assim existiram, mas foram abandonados. Todos os esforços deveriam ter uma abordagem positiva do voto, e não destacar sua obrigatoriedade. Mesmo sendo obrigatório, o voto é um direito de cada

cidadão. Nesse contexto, a obrigatoriedade do voto pode aproximar as pessoas da prática eleitoral, assim como pode ser considerado uma prática educacional.

Os debates da mesa 'Religião e política' começaram com uma discussão a respeito das diferenças entre Estado teocrático, confessional e laico, bem como acerca da forma como as diversas instituições religiosas podem contribuir para o fortalecimento da democracia. Na primeira rodada foram discutidos diversos tópicos relevantes, como a interação entre as religiões num Estado laico, os avanços feitos e os que precisam ser feitos no país. As diversas religiões no Brasil convivem de forma razoavelmente pacífica, se compararmos nossa sociedade a outras do mundo. Contudo, não estamos livres de dificuldades, no que se refere à diversidade de credos em nossa sociedade, pois há registros de atos de intolerância religiosa. Neste contexto diversos temas transversais foram discutidos, como o ensino religioso oferecido pelas escolas da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro, fato que evidencia as contradições nas relações entre instituições religiosas e o Estado no Brasil. As conseqüências do uso tanto da política como da religião para atender a interesses outros que não o bem comum também foram apresentadas como dificuldades a serem superadas. Destacou-se o direito assegurado pela Constituição de liberdade de culto, assim como a dificuldade em aplicar as leis. O tema é polêmico e existiram divergências no que concerne às sugestões sobre melhores práticas na relação entre religião e Estado. Alguns se mostraram favoráveis ao papel a ser desempenhado politicamente por instituições religiosas, ao destacarem que as instituições religiosas podem ser elementos de fortalecimento da democracia, inclusive na área de formação política. Alguns desafios foram apontados, como a falta de religiosos preparados para atuar na formação política nessas agremiações religiosas. Um problema citado como dos mais graves contra a prática democrática é o uso da ascendência que alguns líderes religiosos detêm sobre os fiéis como meio de obter votos. Outros participantes defenderam a total ausência de participação de instituições religiosas em assuntos de política partidária, podendo tais instituições contribuir para a formação ética e cidadã do indivíduo, mas sem interferir na política. Independentemente da posição defendida, destacou-se no debate a influência que as instituições religiosas exercem na sociedade, e que pode ser direcionada para o fortalecimento dos valores democráticos.

Na mesa 'Terceiro setor', a discussão iniciou-se com uma breve definição deste termo. Ressaltou-se o papel destas instituições para solucionar problemas sociais e preparar as pessoas para o enfretamento da sociedade – política de resgate –, além do seu papel como representantes da sociedade na busca por mudanças. O Terceiro Setor tem atuado de maneira complementar às ações governamentais, não atuando, entretanto, como substituto do Estado. Falou-se também da importância de haver uma maior articulação entre as ONGs – os pontos de vista divergiram quanto a já haver ou não esta articulação - e que as ONGs que recebem recursos do governo acabam protegendo os interesses do governo. Destacou-se a necessidade de trabalhar mais com formação política – uma vez que esta é fundamental para o desenvolvimento do senso crítico e o estabelecimento de uma cultura democrática - e a necessidade de ampliação da fiscalização neste setor. Acredita-se que quem participa de ONG têm no mínimo um interesse em

questões políticas, mas houve divergência quanto ao papel desempenhado pelas instituições do terceiro setor na formação política: alguns defenderam que a formação é independente das crenças partidárias, já outros acreditam que estas instituições devem projetar as crenças dos seus partidos políticos. Outros pontos foram abordados, como a criminalização da política e a descrença na democracia. A conclusão foi que o Terceiro Setor em geral tem sido eficaz, ainda que o processo seja lento, levando a uma maior participação política da sociedade brasileira nos últimos 20 anos.

Na avaliação coletiva dos grupos ficou clara a importância do papel da mídia na prática democrática. Não houve consenso sobre os limites entre o Estado e a Sociedade, mas foi defendido o afastamento entre religião e política. A democracia brasileira tem longo caminho a percorrer, mas é essencial destacarmos que o voto foi identificado como uma atitude positiva da prática democrática, e não uma obrigação. Neste contexto, é possível afirmar que o evento realizado no Dia Internacional da Democracia atingiu seus objetivos de gerar o debate crítico e promover a democracia.